



# Projeto Educativo 2014 /2015

## 1. Caracterização e enquadramento legal

Um dos maiores desafios que se coloca a cada estabelecimento de ensino, na atualidade, é o de ser capaz de afirmar a sua própria identidade, ou seja, de saber reconhecer as suas características próprias e pô-las ao serviço das grandes finalidades educativas.

Segundo (Rocha, 1996):

“O Projeto Educativo de Escola é a forma mais nobre da liberdade Educativa de cada Escola. É, por excelência, um documento de compromisso acerca das linhas orientadoras da Ação Educativa; compromisso entre a política Educativa Nacional e a sua adequação aos interesses regionais e locais; compromisso entre os vários interesses dos protagonistas locais do processo educativo; compromisso possível entre a realidade humana, material e financeira e a utopia. É o rosto filosófico, pedagógico de cada escola; é o enquadramento espiritual em que se inscrevem os Planos Anuais de Atividades incluindo nestes como é óbvio, a intervenção na e da Comunidade Educativa e os projetos curriculares aos diversos níveis e o Regulamento Interno.”

O Projeto Educativo de Escola consagra-se no Decreto-Lei no 43/89, de 3 de fevereiro, sobre o Regime Jurídico da Autonomia da Escola. É neste documento que se equaciona, pela primeira vez, o alargamento da autonomia dos estabelecimentos de ensino com a existência de um Projeto Educativo.

A conceção do Projeto Educativo assenta nos princípios consagrados na constituição da República Portuguesa, na Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº46/86, de 14 de outubro, alterada pela Lei nº 115/97, de 19 de setembro) e na legislação em vigor tal como o Decreto-lei nº 115-A/98, que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

## **“Uma criança, um futuro”**

No seu conjunto, em todos estes diplomas surge uma nova orientação para o sistema de ensino: uma conceção de Escola entendida como serviço, uma aproximação de escola à comunidade educativa, uma corresponsabilização desta comunidade quanto ao desenvolvimento de práticas pedagógicas ajustadas a cada realidade específica.

O Projeto Educativo de Escola assume, desta forma, e nos quadros dos princípios enunciados pela lei, um papel decisivo na articulação da autonomia e da participação comunitária implicada no processo de descentralização, explicitando-se os valores, as metas e as estratégias segundo as quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa.

Neste contexto, assumimos o papel de escola construtora de um projeto educativo próprio, que nos permita interagir com o meio, expressar a nossa Identidade, as linhas de força da nossa ação educativa e das nossas dinâmicas, concretizando desta forma a autonomia que nos é reconhecida por lei.

A elaboração deste Projeto parte de uma reflexão e avaliação dos anteriores documentos e da clarificação do novo plano de ação, com o objetivo de melhorar a qualidade de ensino.

Na base da elaboração deste Projeto Educativo residem, ainda, os diálogos com as famílias e com os nossos diferentes parceiros educativos, de forma a procedermos a um levantamento das diferentes necessidades, a que este documento pretende apresentar resposta.

Assume uma duração prevista de dois anos e a sua operacionalidade concretizar - se - á através do Plano Anual de Atividades, Regulamento Interno e Projeto Curricular de Escola.

### **2. Levantamento das necessidades**

Após diálogo com a comunidade envolvente e com as famílias, a Escolinha do Largo surgiu da necessidade de expansão e melhoria da rede pré-escolar e escolar no

## **“Uma criança, um futuro”**

concelho de Cascais, bem como da necessidade de uma oferta educativa assente na qualidade e no rigor. A partir deste levantamento, criaram-se as condições necessárias para a implementação da instituição e procedeu-se a uma cuidadosa planificação da ação educativa, de modo a torná-la eficiente e capaz de responder com maior precisão às necessidades e objetivos da comunidade, respeitando e seguindo as orientações do Ministério da Educação.

## **II- Caracterização do Meio Educativo**

### **1. O concelho de Cascais**

#### **1.1. Origem e Evolução Histórica**

Com uma vasta história repleta de pequenos incidentes, Cascais é uma vila com um ambiente que nos envolve desde o momento em que nela entramos. De uma maneira geral, tanto para os que dela são naturais como para os que nela somente residem, Cascais apresenta-se com um enorme potencial atrativo, e embora o presente seja uma constante no quotidiano de cada um, também o passado nos espreita por cada “vinte passos” que nela damos. Temos vindo a utilizar com relativa frequência o nome de Cascais, embora este nome seja efectivamente recente. O seu topónimo originário, segundo algumas teses, remonta provavelmente à época romana, tendo por base termos latinos como *Cascales* ou *Cascaences*. Desde as mais elaboradas até àquelas que se rodeiam de uma espessa auréola de melancolia, espelhando de sobremaneira a tradição popular, muitas tem sido apresentadas ao longo dos últimos séculos da nossa História. A título de exemplo, e porque é de facto aquela que até há poucos anos traduzia a forma de pensar dos pescadores desta pequena vila, vamos transcrever a do Dr. Pedro Lourenço de Seixas Barruncho, que na sua obra “Villa e Concelho de Cascaes”, publicada no ano de 1873 nos explica a origem deste topónimo da

## “Uma criança, um futuro”

seguinte maneira: “Da origem do seu nome lemos em Bluteau, que a villa de Cascaes principiara haveria duzentos anos; que os primeiros que a habitaram foram pescadores de redes, os quais para as lançarem ao mar primeiro as mascaravam com folhas de aroeira, que se punham em molhos em tinas ou talhas grandes onde metiam as redes. Que se fora povoando a villa cada vez mais, e assim também as tinas e talhas, a que os pescadores chamavam casqueiros, parecendo que d’ahi vinha, por corrupção de vocábulo, o nome de Cascaes, originado no costume de perguntar uns aos outros - encascaste já?”

No entanto, mais verosímil, concreta e digna de consenso entre a generalidade dos historiadores que se dedicam ao estudo deste nosso concelho, parece ser a tese segundo a qual o topónimo de Cascais resultaria da evolução concreta de uma expressão amplamente Portuguesa: Cascal, ou seja, um local coberto de cascas ou conchas de marisco. Assim, o primeiro nome desta bonita vila terá sido o de “Aldeia dos Cascais”, o qual, por simplificação, se transformou em Cascais. Encontra-se atualmente comprovada a estada em Cascais de um aglomerado humano desde o aparecimento do Homem, no Paleolítico. Existem disso vestígios estudados no Guincho e no Alto do Estoril, onde apareceram calhau rolados e utensílios datados desta época. No entanto, mais interessantes são as necrópoles do Poço Velho, Alapraia e São Pedro do Estoril, de onde se retirou um importante espólio ao nível da cerâmica campaniforme. Desde o Século II a.C. que Cascais se encontra ocupado pelos romanos, e existem actualmente muitos vestígios dessa ocupação espalhados por todo o território municipal de Cascais. Ao contrário do que até aqui se pensava, também a ocupação Árabe teve a sua importância no devir Histórico do Concelho. Para além dos topónimos que traduzem essa permanência, como Alcabideche, Alvide ou Alcoitão, de entre outros, existem também, e actualmente ainda em estudo, um cemitério e alguns silos de armazenagem de grão em Alcabideche.

## “Uma criança, um futuro”

Durante a Época Medieval, já seria Cascais uma aldeia com alguns recursos humanos, coadjuvados, como não podia deixar de ser, por uma vasta rede de potencialidades económicas baseadas na prática da pesca e da caça especializada, principalmente do Açor.

O Século XVII vai ser também um dos períodos mais prósperos para a vida deste pequeno município, assistindo à publicação por Frei Nicolau de Oliveira de um elogio político com vista a trazer para Portugal a corte dos Filipes, no “Livro das Grandezas de Lisboa” de 1620.

A estada de vários dos nossos ilustres monarcas em Cascais encontra-se comprovada desde D. Afonso Henriques, que segundo reza a lenda, descansou e tomou o seu repasto matinal à sombra de uma centenária palmeira que ainda em meados do Século XX existia na travessa com o mesmo nome.

D. Dinis e D. José dirigiram-se também aos meandros deste pequeno povoado, com o intuito, segundo dizem as lendas, de se banharem nas águas medicinais que são características da Praia da Poça, em São João do Estoril, e as de Santo António, na quinta com o mesmo nome a que Fausto Cardoso de Figueiredo, no início do Século passado, transformou numa das mais ilustres estâncias balneares da Europa, só comparada em qualidade com a “Cote d’Azur” Francesa.

Daí em diante, resta-nos salientar o proeminente papel que cascais vai desempenhar, quando foi escolhida para albergar a Corte durante os meses do final do Verão e do Outono, assistindo-se nessa época à inauguração da iluminação pública a gás, do telefone, do telégrafo e do comboio.

Acontecimento importante foi também a inauguração da luz eléctrica, levada a cabo como presente de aniversário do Príncipe Real, e que marcou um ponto fulcral na História recente de Portugal.

Passados estes anos dourados da sua História, Cascais é hoje a vila pacata que conhecemos, e que de uma maneira ou de outra, fazendo jus à sua essência cosmopolita, continua a atrair a atenção da generalidade da população Portuguesa e

## “Uma criança, um futuro”

de milhares de estrangeiros que, sempre que podem, a utilizam como destino privilegiado de férias ou residência fixa.

### 1.2. Situação geográfica



Cascais é uma vila portuguesa no Distrito de Lisboa, região de Lisboa e sub-região da Grande Lisboa, com cerca de 35 400 habitantes.

Situa-se a cerca de 30 minutos de Lisboa, junto à orla marítima. É a quinta vila mais populosa de Portugal (depois de Algueirão - Mem Martins, Corroios, Rio de Mouro e de Oeiras). Cascais tem-se recusado ser elevada a categoria honorífica de cidade, por motivos turísticos.

Cascais é sede de um concelho com 97,4 km<sup>2</sup> de área e 206 429 habitantes (2011), subdividido em 4 freguesias, em 2013, depois de uma reforma administrativa nacional. O concelho é limitado a norte pelo concelho de Sintra e a leste por Oeiras e a sul e a oeste tem costa no Oceano Atlântico, na famosa Costa do Estoril.

Há pouco mais de um século, devido aos maus acessos, costumava dizer-se que a "Cascais, uma vez e nunca mais". Porém a vila de Cascais é, desde finais do século XIX, um dos destinos turísticos portugueses mais apreciados por nacionais e estrangeiros, uma vez que o visitante pode desfrutar de um clima ameno, das praias, das paisagens, da oferta hoteleira e gastronómica variada.

### **1.3 Clima**

Salienta-se o facto de em janeiro, mês característico de inverno, a estação do Monte Estoril ser sempre mais quente do que qualquer outra, independentemente do parâmetro de temperatura que se estiver a considerar. As diferenças entre a estação do Monte Estoril e Lisboa são mais significativas quando se considera a temperatura máxima absoluta em Janeiro, podendo neste caso atingir cerca de 1.5°C de diferença a mais para o Monte Estoril. O valor médio de temperatura para o mês de janeiro situa-se aproximadamente nos 12°C. Em agosto a estação do Monte Estoril tem uma temperatura média cerca de 1.5°C mais baixa que a sua homóloga em Lisboa e cerca de 1.4°C mais quente do que Sintra. As zonas mais quentes no concelho em termos de temperatura média são, tal como para o mês de Janeiro, as zonas urbanizadas junto à costa sul, pertencentes às freguesias de Cascais e Estoril, e também as zonas de Sasseiros e Talaíde. Em termos de temperatura máxima absoluta, a distância ao mar é muito importante, sobretudo no Verão, quando se observa um aumento da temperatura máxima de Oeste para Este, ou seja do litoral para o interior, existindo localidades como Outeiro de Polima, e Torre D’Aguilha junto à fronteira com o concelho de Oeiras, que são as zonas que registaram as temperaturas mais altas no concelho. A temperatura média para o concelho durante o mês de agosto situa-se aproximadamente nos 23°C.

### **1.4 Flora e fauna**

O Concelho de Cascais evidencia toda uma inusitada amplitude de habitats litorais diferentes (praia de areia, com extrusões rochosas na maré baixa, ou planos rochosos emersos ou em declive, em arribas baixas) e alguns outros que são autênticos geomonumentos, como o campo de dunas activas do Guincho, as dunas “fósseis” de Oitavos e o campo de lapiás costeiro na Ponta do Sal (praia de S. Pedro de Estoril). Estas plataformas formam um interface entre os sistemas terrestres e dulçaquícolas e o meio marinho, onde subsistem espécies de fauna e flora especialmente adaptadas



## **“Uma criança, um futuro”**

a condições muito adversas (salinidade elevada, reservas de água reduzidas, ventos fortes e elevada solarização). Mas é sob o filtro protetor da água do mar que a vida desponta em toda a exuberância de cor, forma e função. Insuspeitamente, a massa de água oceânica influencia flutuações climatéricas no clima mundial, as algas marinhas constituem o verdadeiro “pulmão” do nosso planeta e alimentam muita da biomassa, quer de invertebrados (como os burriés), quer dos peixes - verdadeiros donos deste vasto império.

### **1.5 Freguesia de Cascais**

O colégio situa-se na vila de Cascais, distrito de Lisboa.

As antigas Freguesias de Cascais e Estoril, uniram-se após o ato eleitoral para a eleições dos órgãos autárquicos, conforme a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro - Reorganização Administrativa do Território das Freguesias; Declaração de Retificação n.º 19/2013, de 28 de março; Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro - Reorganização Administrativa de Lisboa.

#### **ANTIGA FREGUESIA DE CASCAIS**

A autonomia de Cascais parece dever-se à privilegiada situação da sua baía, que cedo a transformou num porto concorrido. Por carta régia de 7 de junho de 1364, seria, então, separada do concelho de Sintra e elevada a vila, com jurisdição cível e crime. Este documento não definiu, porém, o território que constituiria o seu termo, pelo que, aparentemente, apenas o povoado passou a ser considerado autónomo. A carta régia de 8 de abril de 1370 colmatou esta lacuna, delimitando uma área de quase 100 km<sup>2</sup>, muito semelhante à do atual concelho, aquando da entrega de Cascais, como feudo, a Gomes Lourenço do Avelar, poderoso valido do rei.

Apesar da conquista e saque do castelo pelos castelhanos em 1373 e do bloqueio do porto em 1382 e 1384, assistir-se-ia, entretanto, ao crescimento da vila no exterior das muralhas. Desta forma, ainda que a vila de Cascais integrasse, inicialmente, a

## **“Uma criança, um futuro”**

paróquia de S. Pedro de Penaferrim, ao crescer para fora da área do castelo durante o século XV, conquistaria, também, a sua autonomia eclesiástica, pelo menos desde meados do século XVI. À paróquia de Nossa Senhora da Assunção - a Matriz Velha - associar-se-ia, no início do século seguinte, a nova paróquia de Nossa Senhora da Ressurreição de Cristo, na margem esquerda da Ribeira das Vinhas, junto à ponte que ligava aos caminhos de Sintra e Lisboa. Por ordem régia de 17 de maio de 1840, esta paróquia, cuja igreja fora destruída aquando do terramoto de 1755, seria anexada à de Nossa Senhora da Assunção, surgindo, então, a paróquia de Nossa Senhora da Assunção e da Ressurreição de Cristo, que estaria na base da constituição da Junta de Paróquia de Cascais, que a República transformaria, desde 1913, em Junta de Paróquia Civil e, três anos depois, em Junta de Freguesia.

Em 1867, Cascais ascendeu, pela primeira vez, à condição de praia da Corte, quando a Rainha D. Maria Pia escolheu a vila para a prática dos banhos de mar, por saber que em meados de Setembro, quando a habitual nortada da costa atlântica amaina, o mar se torna habitualmente mais calmo. A estada da Família Real consolidar-se-ia, três anos depois, na sequência da conversão da antiga casa do Governador, na Cidadela, num despretensioso Paço, onde, desde então, a Corte se passou a instalar sazonalmente. Face à escassez de alojamentos dotados das condições exigidas pelos vilegiaturistas, assistiu-se, desde então, à edificação de novas habitações - como a Torre de S. Sebastião, onde hoje funciona o Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, ou a Casa de Santa Marta - que ainda hoje constituem imagens de marca de uma vila que encontra na atividade turística e na arte de bem receber um dos seus principais atrativos.

### **1.5.1. Tipologia da População**

A população é urbana e o turismo o mais importante recurso. As principais actividades são o turismo, o comércio, a indústria, profissões liberais e a pesca.

## “Uma criança, um futuro”

Cascais é um meio económico e sócio-cultural contrastante na medida em que existem famílias de elevados recursos e outras que subsistem com dificuldades. Ainda assim, é uma das freguesias onde se verifica maior percentagem de habitantes com cursos médios e superiores.

### III- Colégio Escolinha do Largo

**A Instituição - Escolinha do Largo: Designação; Contactos e Logotipo:**



---

Colégio Escolinha do Largo

Praceta Joaquim Ereira 3-4 e 6-7

2750 - 389 Cascais

Tel. 218432078 / 214866781

Fax. 218432078



---

Trata-se de uma instituição particular com fins lucrativos.

## “Uma criança, um futuro”

### 1. Historial da Instituição

A Escolinha do Largo nasceu de um sonho, do casal Paixão, que, se transformou numa realidade.

Este estabelecimento iniciou a sua actividade a nível infantil no ano letivo de 1990-91, no edifício da atual Escolinha nº 1. Ali funcionava um grupo heterogéneo de 18 crianças, uma educadora, uma auxiliar, uma cozinheira, uma funcionária administrativa e a diretora.

O ensino, na altura, era ministrado de um modo bastante familiar.

De ano para ano, o número de crianças foi aumentando, formando grupos mais homogéneos e crescendo também o número de funcionárias, de acordo com as necessidades.

Face a um número crescente de pedidos de pais no sentido de se dar seguimento ao trabalho pré-escolar, surge a iniciativa de abertura do 1º Ciclo do Ensino Básico e conseqüente alargamento das instalações.

Foi então que se adicionou o edifício de habitação dos proprietários da escola, por forma a dar corpo a um novo projecto - o 1º Ciclo que arrancou no ano lectivo 1996/97 com um grupo de 14 crianças de 1º ano, uma professora e uma auxiliar. Foi neste ano que a escola adoptou o uso obrigatório de uniforme. Posteriormente foi abrindo uma sala por ano até à exaustão do espaço disponível.

Enquanto não houve um número suficiente de professores para formar um Conselho Pedagógico, a escola esteve agregada à escola oficial nº1 de Cascais, onde reunia mensalmente.

A partir de Dezembro de 1998 começámos a reunir na escola, passando a elaborar as nossas próprias atas.

## **2. Equipamento e Material**

Situada em generosa área de 3.400m<sup>2</sup>, a Escolinha do Largo Lda. desenvolve as suas actividades em dois edifícios de sua propriedade com área útil de 1.100m<sup>2</sup> (a expandir para 1.400m<sup>2</sup> em futuro próximo).

Localiza-se em praça muito sossegada, confinante com amplas matas municipais e com grande facilidade de estacionamento.

A nível de equipamento e material, a Instituição dispõe de equipamentos adequados face às necessidades das crianças, a nível fisiológico e higiénico (casas - de - banho), alimentar (refeitório e cozinha), motor (ginásio e recreio), áudio (videoteca) e informativo (biblioteca).

Cada uma das salas possui material específico e complementar que proporciona às crianças o seu bem-estar, visando assim o seu bom desenvolvimento, mediante a faixa etária em que se encontram. As salas possuem diversos materiais, tais como: livros, brinquedos, jogos didáticos e lúdicos, materiais didáticos que visam o desenvolvimento da motricidade, das competências matemáticas e linguísticas e da expressão plástica. Oferecem também diversos espaços, como os cantinhos/áreas com o mais variadíssimo material, mesas, cadeiras, armários, lavatório, camas para os mais pequenos dormirem, material áudio para os mais crescidos, computadores em todas as salas, quadro interativo nas salas de 1.º ciclo. Quanto à sua manutenção, em caso de avaria ou degradação de algo, este será arranjado ou substituído.

## "Uma criança, um futuro"

### Elementos materiais da Escolinha nº 1

Secretaria	1
Salas de aula	5
Atelier/sala de materiais	1
Casas de banho	5
Cozinha	1
Sala polivalente (refeitório/ginásio)	1
Recreio com piscina, baloiços e carrossel	1
Recreio com baloiços e carrossel	1
Economato	1

### Elementos materiais da Escolinha nº 2

Hall de recepção	1
Sala de professores/reuniões	1
Salas de aula	8
Sala polivalente (de audiovisuais, jogos, leitura, etc.)	2
Sala de computadores	1
Casas de banho	7
Refeitório	1
Sala de apoio ao refeitório	1
Recreio com campo de jogos, cubo/hexágono de exercícios, ring, etc.	1
Sala de instrumentos musicais	1
Sala de materiais	2
Lavandaria	0
Casas de arrumos (manutenção)	2

A "Escolinha do Largo" é uma Instituição para crianças entre os dois e os dez anos, comportando, assim, as valências de Creche, Jardim de infância e 1.º Ciclo. As crianças são encaminhadas para cada valência segundo as suas idades, respeitando as suas necessidades educacionais.

## **“Uma criança, um futuro”**

A nível da distribuição das crianças por valências, a creche é constituída por duas salas; o jardim de infância é constituído por quatro salas; o 1.º Ciclo é constituído por turmas que podem ser preenchidas até vinte e cinco alunos.

O horário de funcionamento da Instituição é das oito horas às dezoito, no entanto, para facilitar as rotinas e necessidades de algumas famílias, existe uma tolerância de 30 minutos após a hora de encerramento. O Colégio encontra-se aberto durante todo o ano, de 2.ª a 6.ª feira, excepto no mês de agosto.

A rotina diária da creche e do jardim de infância inicia-se com a chegada da criança à Escolinha do Largo, entre as oito e as nove horas, período em que se faz o acolhimento pelo pessoal auxiliar numa sala designada para o efeito, no início do ano letivo. A meio da manhã, as crianças usufruem de um intervalo de trinta minutos, destinado ao recreio e reforço alimentar. As atividades reiniciam-se depois deste período, que é gerido dentro de cada turma, de acordo com as especificidades de cada faixa etária. Seguem-se os momentos de higiene e almoço. À exceção das salas de quatro e cinco anos, todas as crianças beneficiam do período da sesta, entre as doze horas e trinta minutos e as quinze horas. Os lanches são servidos após a sesta, terminando as atividades letivas às dezasseis horas. Entre as dezassete horas e as dezoito ocorre o período de prolongamento.

No que diz respeito à rotina diária de 1.º Ciclo, os alunos são rececionados a partir das oito horas, entrando na respetiva sala pelas oito horas e cinquenta minutos, de modo a garantir que, a partir das nove horas, iniciem as atividades letivas. Às dez horas e trinta minutos beneficiam de um período de trinta minutos para fruta e recreio, regressando à sala pelas onze horas. Continuam a atividade escolar até à doze horas e trinta minutos, fazendo uma pausa de uma hora para almoço e recreio. Retornam à sala às catorze horas e têm como horário de terminus da atividade letiva as dezasseis horas. Após um intervalo de quinze minutos, beneficiam, durante mais uma hora, com o Apoio ao Estudo.

## **“Uma criança, um futuro”**

Mas, para que a rotina tenha sucesso e os horários sejam cumpridos, é necessário que todas as partes intervenientes participem com rigor (pais, familiares, educadores e todo o pessoal da Instituição).

As atividades são organizadas segundo dois parâmetros: atividades curriculares e atividades extracurriculares. As atividades curriculares partem do Projeto Educativo (PE) assim como do Projecto Curricular de Escola (PCE) e do Projeto Curricular de Turma (PCT), documentos elaborados à luz das orientações do Ministério da Educação. As atividades de cada turma seguem uma planificação anual de atividades, que se desenvolve num plano mensal e semanal, documentos estes que põem em prática e concretizam os objetivos enunciados no PCT.

## **2. Funcionários**

A “Escolinha do Largo” é uma Instituição coesa, onde todo o pessoal interveniente tem como principal objetivo o bem-estar físico e emocional de todas as crianças, proporcionando um ambiente agradável baseado na cumplicidade, amizade e respeito, possibilitador da aprendizagem e do desenvolvimento pleno dos seus alunos.

A divisão do pessoal docente e não docente é realizada segundo a especialização de cada um, tendo em conta as valências, o número de crianças, bem como algumas necessidades pontuais que possam, eventualmente, surgir.

Quanto ao pessoal docente, a Instituição dispõe de sete educadoras, colocadas em cada uma das seis salas de creche e jardim de infância e cinco professores de 1.º ciclo..

O pessoal não docente está dividido pelas salas de creche e jardim de infância, segundo as necessidades de cada valência. O 1.º ciclo tem uma auxiliar a prestar apoio durante os momentos de recreio e almoço, bem como professores em coadjuvância nas áreas de Expressão e Educação Musical e Expressão e Educação Físico-Motora.



## **“Uma criança, um futuro”**

A Instituição conta também com o serviço de refeitório, com uma cozinheira e uma ajudantes de cozinha; o serviço de limpeza conta com três auxiliares de limpeza; e o serviço de transporte que dispõe de um motoristas.

A direção administrativo-financeira é constituída pela gerência (os proprietários) e uma assistente administrativa) A direção pedagógica encontra-se a cargo da Educadora Rita Baldaque e da Professora Ana Almeida, que acumulam também as funções de coordenação das valências que lecionam.

### **3. Regulamento e Normas de Funcionamento**

O Colégio Vale dos Pintassilgos elaborou as suas normas e regras, compiladas no Regulamento Interno, com o único objetivo de ter um funcional e adequado funcionamento.

A gestão administrativa-financeira da instituição está a cargo dos proprietários; a gestão pedagógica e coordenação ficam a cargo de uma Educadora de Infância e de uma Professora de 1.º Ciclo.

O funcionamento das salas e dos restantes serviços prestados pelo Colégio orienta-se e organiza-se a partir da planificação das atividades curriculares e de enriquecimento curricular.

Realizam-se reuniões mensais de Conselho de Docentes e de Coordenação de Valências, com o objetivo de organizar e planificar a ação educativa, para apresentação e análise de situações de pertinência pedagógica e para tomada de decisões.

No início do ano letivo, convocam-se os Encarregados de Educação para uma reunião de apresentação da equipa e do trabalho a desenvolver ao longo do ano, dando ainda informações importantes sobre a organização, funcionamento e dinâmica da instituição. No final de cada um dos períodos escolares, realizam-se, também, reuniões

## **“Uma criança, um futuro”**

com os Encarregados de Educação, de modo a informar sobre a avaliação trimestral do desempenho global do aluno.

### **4. Edifício e Espaço**

A “Escolinha do Largo”, foi adaptada de duas casa de habitação ,reunindo todas as condições necessárias para comportar o número de utentes e apresentando para isso um bom estado de conservação. Trata-se de duas moradias. A “Escolinha da Largo 1” composta por cave e rés do chão e a “Escolinha do Largo 2” composta por cave, rés do chão, 1º andar, sótão e garagem. Devido à necessidade de alargamento construíram-se duas salas no exterior.

## **IV- Filosofia Institucional**

Formulámos as linhas orientadoras da ação pedagógica tendo por objetivo a contemplação de diferentes formas de aprendizagem ativa e significativa.

Acreditamos que a aprendizagem deverá ser encarada como um processo global e natural em que a criança assume o papel de principal construtor, pois a prática do ensino só adquire sentido quando é capaz de promover um processo de trabalho cooperativo e um genuíno intercâmbio na sala de aula que, pressupondo o diálogo e a inerente negociação, concretize democraticamente, e de uma forma flexível, todos os conteúdos (conhecimentos, procedimentos e atitudes). Desta forma, o educador/professor deverá procurar criar ou facilitar as condições possíveis para que, através de uma “clima” de aula cooperativa, empática e estimuladora da autonomia, os alunos estabeleçam as relações propiciadoras da sua maturação humana e social.

## **“Uma criança, um futuro”**

Ao reconhecer a criança como principal sujeito do processo educativo, procuramos promover a sua formação pessoal e social com base em experiências de vida democrática numa perspetiva de educação para a cidadania. Assim sendo, entendemos o processo educativo como um ato dinâmico, interativo e continuado, onde os saberes da criança, a sua cultura e vivências são o ponto de partida para a ação educativa. Acreditamos na formação da criança como um ser que deve possuir e desenvolver raciocínio lógico e espírito crítico. Queremos formar alunos capazes de pesquisar, investigar e selecionar informação, mobilizar saberes e conhecimentos, adotar metodologias personalizadas de trabalho e estratégias adequadas à resolução de problemas e à tomada de decisões, realizar atividades de forma autónoma, cooperante, responsável e criativa.

A participação efetiva das famílias, a escola aberta à comunidade, os saberes e vivências da criança, são igualmente pontos de referência para a nossa prática pedagógica. Defendemos um contexto participativo e alicerçado em parcerias, sustentado pela prática quotidiana do trabalho cooperativo. Privilegiamos a relação com as famílias que em nós confiam, quer nos contactos informais como nos relacionais e a participação na vida escolar.

Valorizamos o trabalho de equipa e os valores de vida democrática, pelo que alicerçamos a nossa prática numa conceção de escola democrática, ancorada em atitudes e valores como a autonomia e a responsabilidade individuais; a justiça e o respeito pela diversidade.

Propomo-nos a preparar os alunos para o sucesso na sua dimensão individual e social, procurando, nas nossas práticas educativas, o equilíbrio entre o domínio do conhecimento académico e o domínio de valores, atitudes e capacidades.

Neste contexto, o educador de infância e o professor assumem o papel de construtor e gestor do currículo, procurando ir ao encontro das diferentes necessidades e interesses do grupo em colaboração alargada com os diferentes parceiros educativos

## “Uma criança, um futuro”

(pais/família/comunidade), num processo reflexivo de observação, planeamento, ação e avaliação.

### V- Avaliação

Tendo por base as *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*, “avaliar o processo e os efeitos implica tomar consciência da ação para adequar o processo educativo às necessidades das crianças”. Ainda segundo o mesmo documento, a avaliação no ensino pré-escolar assume uma dimensão marcadamente formativa, que procura tornar a criança protagonista da sua aprendizagem, sendo os processos e resultados avaliados em função do desenvolvimento da criança e da metodologia utilizada. Nesta valência de ensino, a avaliação deverá ser individualizada, centrando-se na evolução de cada criança e tendo em conta as suas características individuais; um elemento chave no processo educativo, tornando-se um suporte fundamental na reorientação e planificação.

A avaliação, enquanto parte integrante do processo de ensino e de aprendizagem, constitui um instrumento regulador das aprendizagens, orientador do percurso escolar e certificador das diversas aquisições realizadas pelo aluno ao longo do ensino básico.

As principais orientações e disposições relativas à avaliação da aprendizagem no ensino básico estão consagradas no Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 209/2002, de 17 de outubro, remetendo o primeiro para o despacho do Ministro da Educação a aprovação de medidas de desenvolvimento das referidas disposições.

Entre os elementos a considerar na avaliação sumativa inclui-se, também, a informação recolhida no âmbito da avaliação formativa.

## **1. Enquadramento da avaliação**

### **Finalidades**

A avaliação é um elemento integrante e regulador da prática educativa, permitindo uma recolha sistemática de informações que, uma vez analisadas, apoiam a tomada de decisões adequadas à promoção da qualidade das aprendizagens.

A avaliação visa:

- a) Apoiar o processo educativo, de modo a sustentar o sucesso de todos os alunos, permitindo o reajustamento dos projetos curriculares de escola e de turma, nomeadamente quanto à seleção de metodologias e recursos, em função das necessidades educativas dos alunos;
- b) Certificar as diversas aprendizagens e competências adquiridas pelo aluno, no final de cada ciclo e à saída do ensino básico, através da avaliação sumativa interna e externa;
- c) Contribuir para melhorar a qualidade do sistema educativo, possibilitando a tomada de decisões para o seu aperfeiçoamento e promovendo uma maior confiança social no seu funcionamento.

## **2. Objeto**

A avaliação incide sobre as aprendizagens e competências definidas no currículo nacional para as diversas áreas e disciplinas de cada ciclo, expressas no projeto curricular de escola e no projeto curricular de turma, por ano de escolaridade.

As aprendizagens de carácter transversal e de natureza instrumental, nomeadamente no âmbito da educação para a cidadania, da compreensão e expressão em português e da utilização das tecnologias de informação e comunicação, constituem objeto de avaliação em todas as disciplinas e áreas curriculares.

### 3. Princípios

A avaliação das aprendizagens e competências assenta nos seguintes princípios:

- a) Consistência entre os processos de avaliação e as aprendizagens e competências pretendidas, de acordo com os contextos em que ocorrem;
- b) Utilização de técnicas e instrumentos de avaliação diversificados;
- c) Primazia da avaliação formativa com valorização dos processos de autoavaliação regulada e sua articulação com os momentos de avaliação sumativa;
- d) Valorização da evolução do aluno;
- e) Transparência e rigor do processo de avaliação, nomeadamente através da clarificação e da explicitação dos critérios adotados;
- f) Diversificação dos intervenientes no processo de avaliação.

### 4. Intervenientes

Intervêm no processo de avaliação:

- a) O professor;
- b) O aluno;
- c) O conselho de docentes, no 1.º ciclo;
- d) Os órgãos de gestão da escola;
- e) O encarregado de educação;
- f) Os serviços especializados de apoio educativo;
- g) A administração educativa.

## **“Uma criança, um futuro”**

A avaliação é da responsabilidade do professor, do conselho de docentes, do conselho de turma, dos órgãos de gestão da escola e da administração educativa.

A escola deve assegurar as condições de participação dos alunos e dos encarregados de educação, dos serviços com competência em matéria de apoio educativo e dos demais intervenientes, nos termos definidos no regulamento interno.

### **5. Processo de avaliação**

O Conselho de Docentes, com aprovação do Conselho Pedagógico, definiu que a avaliação do desempenho escolar dos alunos assentará nos seguintes **domínios**:

a) **Conhecimentos** (ponderação de 45%)

- compreensão, interpretação e articulação dos conhecimentos;
- Aquisição e aplicação dos conhecimentos.

b) **Tarefas** (ponderação de 20%)

- cumprimento das tarefas de sala de aula;
- cumprimento das tarefas propostas para casa;
- qualidade de execução das tarefas propostas.

c) **Capacidades** (ponderação de 20%)

- organização;
- autonomia;
- atenção;
- memorização;
- compreensão;
- gestão (tempo, tarefas,...)

d) **Comportamento e atitudes** (ponderação de 15%)

- responsabilidade;
- empenho;
- respeito pelas regras e pelas normas de convivência;

## “Uma criança, um futuro”

- participação e iniciativa;
- pontualidade e assiduidade;

### 6. Instrumentos de avaliação

No processo de avaliação, o professor/educador deverá diversificar a utilização de instrumentos de avaliação, atendendo à sua atuação e natureza das aprendizagens.

Destacam-se os seguintes:

- observação direta;
- grelhas de registo ( participação oral, comportamento, cumprimento de tarefas na sala de aula e em casa, trabalhos de grupo, pontualidade e assiduidade, organização e apresentação de cadernos, ...);
- fichas de auto e hetero-avaliação;
- testes de avaliação formativa e sumativa.

Nos **testes de avaliação escrita**, a classificação expressa-se de forma **qualitativa**, apresentando a seguinte nomenclatura:

Percentagens	Menção	Nível (4º ano)
0 a 19%	Fraco (F)	1
0 a 49%	Não Satisfaz (NS)	2
50 a 69%	Satisfaz (S)	3
70 a 89%	Bom (B)	4
90 a 100%	Muito Bom (MB)	5

### 7. Avaliação diagnóstica

A avaliação diagnóstica realiza-se no início de cada ano de escolaridade, devendo articular-se com estratégias de diferenciação pedagógica, de superação de eventuais



## **“Uma criança, um futuro”**

dificuldades dos alunos, de facilitação da sua integração escolar e de apoio à orientação escolar e vocacional.

### **8. Avaliação formativa**

A avaliação formativa é a principal modalidade de avaliação do ensino básico, assume carácter contínuo e sistemático e visa a regulação do ensino e da aprendizagem, recorrendo a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem.

A avaliação formativa fornece ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e aos restantes intervenientes informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens e competências, de modo a permitir rever e melhorar os processos de trabalho.

A avaliação formativa é da responsabilidade de cada professor, em diálogo com os alunos e em colaboração com os outros professores, designadamente no âmbito dos órgãos coletivos que concebem e gerem o respetivo projeto curricular e, ainda, sempre que necessário, com os serviços especializados de apoio educativo e os encarregados de educação, devendo recorrer, quando tal se justifique, a registos estruturados.

Compete ao órgão de direção executiva, sob proposta do professor titular, no 1.º ciclo, a partir dos dados da avaliação formativa, mobilizar e coordenar os recursos educativos existentes na escola com vista a desencadear respostas adequadas às necessidades dos alunos.

Compete ao conselho pedagógico apoiar e acompanhar o processo definido no número anterior.

## 9. Avaliação sumativa

A avaliação sumativa consiste na formulação de um juízo globalizante sobre o desenvolvimento das aprendizagens do aluno e das competências definidas para cada disciplina e área curricular.

A avaliação sumativa inclui, no 1.º ciclo:

- a) A avaliação sumativa interna;

## 10. Avaliação sumativa interna

A avaliação sumativa interna ocorre no final de cada período letivo, de cada ano letivo e de cada ciclo.

A avaliação sumativa interna é da responsabilidade do professor titular da turma em articulação com o respetivo conselho de docentes, no 1.º ciclo, reunindo, para o efeito, no final de cada período.

A avaliação sumativa interna tem como finalidades:

- a) Informar o aluno e o seu encarregado de educação sobre o desenvolvimento das aprendizagens e competências definidas para cada disciplina e área disciplinar;
- b) Tomar decisões sobre o percurso escolar do aluno.

Compete ao professor titular da turma, no 1.º ciclo, coordenar o processo de tomada de decisões relativas à avaliação sumativa interna e garantir tanto a sua natureza globalizante como o respeito pelos critérios de avaliação atrás referidos.

A decisão quanto à avaliação final do aluno é da competência:

- a) Do professor titular da turma em articulação com o conselho de docentes, no 1.º ciclo;

No 1.º ciclo, a informação resultante da avaliação sumativa expressa-se de forma descritiva em todas as áreas curriculares.

### **“Uma criança, um futuro”**

b) Numa menção qualitativa de *Não satisfaz*, *Satisfaz* e *Satisfaz bem*, nas áreas curriculares não disciplinares, a qual pode ser acompanhada, sempre que se considere relevante, de uma apreciação descritiva sobre a evolução do aluno.

Com base na avaliação sumativa, compete ao professor titular, no 1.º ciclo, em articulação com os competentes conselhos de docentes, reanalisar o projeto curricular de turma, com vista à introdução de eventuais reajustamentos ou apresentação de propostas.

Barroso, João (1992). Fazer da Escola um Projeto, in Inovação e Projeto Educativo de Escola, Educa

Leite, Gomes e Fernandes (2001), Projetos Curriculares de Escola e de Turma, Ed. Asa: Porto

Porter, M. (1996), What is strategy? Harvard Business Review

Montessori, Maria, The Montessori Method

### **Entrada em Funcionamento e Divulgação**

1. Este Projeto Educativo entra em vigor a partir de 1 de setembro de 2013.

### **Revisão**

1. Num permanente processo de melhoria, podem ser introduzidas alterações a este documento.
2. O Colégio dará sempre conhecimento aos Pais/Encarregados de Educação das alterações efetuadas.

\*Revisto e atualizado em 26 de julho de 2014